

# Decisões eleitorais e a “aceitação” da diversidade sexual e de gênero na família: conflitos e conciliações entre “pessoas trans” e seus familiares nas eleições de 2018 para a presidência do Brasil<sup>1</sup>

Electoral decisions and the “acceptance” of gender and sexual diversity in the family: an analysis of conflicts and conciliations between “trans people” and their families in 2018 elections for president of Brazil

Arthur Leonardo Costa Novo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil

## RESUMO

Este artigo discute os dilemas, tensionamentos e embates vividos por “pessoas trans”, travestis e transexuais, e suas famílias de origem durante a campanha eleitoral de 2018 para a Presidência da República. O objetivo é compreender como as disputas na arena política envolvendo moralidades sexuais, concepções de gênero e sexualidade e valores familiares foram experienciadas no cotidiano dos sujeitos com suas famílias. A problemática é relevante porque evidencia a permeabilidade da política à vida íntima, contribuindo para entender em que medida relações com familiares trans ou homossexuais têm ou não reflexo nas preferências de eleitores por candidatos considerados progressistas ou conservadores nas pautas relacionadas à diversidade sexual e de gênero. Os dados resultam de pesquisa de campo etnográfica realizada ao longo de 14 meses, entre 2018 e 2019, em João Pessoa (PB), em um ambulatório do “Processo Transsexualizador” do Sistema Único de Saúde (SUS), em centros de políticas públicas para homossexuais, travestis e transexuais e em atividades de ativismo de uma organização de famílias de “filhos LGBT+”. Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas, em profundidade, com 21 homens trans, mulheres trans e travestis e com 14 familiares de sujeitos transexuais. A pesquisa evidenciou como conflitos no campo da diversidade sexual e de gênero que

---

<sup>1</sup>O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - Código de Financiamento 001.

---

Recebido em 27 de julho de 2023.  
Avaliador A: 17 de setembro de 2023.  
Avaliador B: 19 de setembro de 2023.  
Aceito em 22 de novembro de 2023.

---

Revista Antropolítica, v. 57, n. 1, Niterói, e59337, 1. quadri., jan./abr., 2025



ANTROPOLÍTICA

ganharam relevo no debate público durante as eleições produziram efeitos variados nos arranjos de “aceitação” que preservavam as relações familiares, mobilizando decisões de voto e adesão às candidaturas identificadas como contrárias ou favoráveis aos direitos de minorias sexuais e de gênero.

**Palavras-chave:** Eleições, Etnografia, Família, Identidade de gênero, Transexualidade.

## ABSTRACT

This article discusses the dilemmas, tensions, and conflicts experienced by “trans people”, *travestis* and transsexuals, in family relations during the Brazilian electoral campaign of 2018. The objective is to understand how disputes in the political arena involving sexual moralities, conceptions of gender and sexuality and family values were experienced in the daily lives of the research subjects with their families. The issue is relevant because it highlights the permeability of politics to intimate life, contributing to understanding the extent to which relationships with trans or homosexual family members influence voters’ preferences for candidates considered progressive or conservative in issues related to gender and sexual diversity. The analysis is based on ethnographic data from field research conducted over 14 months, between 2018 and 2019, in João Pessoa (PB). The research took place in a public health clinic of the “Transsexualizing Process” of the Sistema Único de Saúde (SUS), in public policy centers for homosexuals, travesties, and transsexuals, and in the activities of an organization of “LGBT children” families. Semi-structured and in-depth interviews were also conducted with 21 transgender men, transgender women, and transvestites, as well as with 14 family members of transsexual individuals. The research highlighted how conflicts within the realms of sexual and gender diversity, which gained prominence in public debate during the 2018 elections, also had effects on the dynamics of “acceptance” within family relationships, influencing voting decisions and alignment with candidates identified as either supportive or opposed to the rights of sexual and gender minorities.

**Keywords:** Elections, Ethnography, Family, Gender identity, Transgender.

## INTRODUÇÃO

A campanha eleitoral para a Presidência da República de 2018 foi caracterizada por um confronto entre projetos de nação, atravessados por importantes embates político-morais no campo dos direitos humanos em todas as suas dimensões. Esses projetos se polarizaram

nas candidaturas de Jair Bolsonaro (Partido Social Liberal – PSL), representante político da extrema direita, para a qual confluíram forças econômicas do empresariado ligado ao capitalismo financeiro e ao agronegócio, defendendo um conjunto variado de interesses dos grupos dominantes e pautas conservadoras morais relacionadas à família, às relações de gênero e às identidades sexuais; e Fernando Haddad (Partido dos Trabalhadores – PT), que representava um retorno ao “neoliberalismo mitigado” da social-democracia dos governos petistas, cujas marcas positivas na vida dos brasileiros – redistribuição de renda, políticas sociais, expansão da educação superior e promoção de direitos humanos para a igualdade racial, de gênero e de orientação sexual – permaneciam vivas na memória de grande parte dos grupos e indivíduos impactados por essas políticas.

Naquele contexto, sabia-se que o resultado do pleito teria implicações objetivas para diferentes sujeitos e grupos sociais, sobretudo para aqueles que ocupam posições subalternas nas hierarquias de classe, região, raça/etnia, gênero e sexualidade da sociedade brasileira. No campo da diversidade sexual e de gênero, diferentes agentes vinculados a movimentos sociais, organizações não-governamentais, universidades públicas e a setores progressistas nos campos político, cultural e artístico tinham convicção de que estavam em jogo não só direitos conquistados no passado recente, mas a própria legitimação da discriminação e da violência contra homossexuais, travestis e transexuais, o que poderia ter consequências para as vidas, relacionamentos, sonhos e projetos de “pessoas trans”<sup>2</sup>, homossexuais, bissexuais e sujeitos com outras identidades sexuais não-heterossexuais. Esse contexto de incertezas e preocupações perdurou por toda a campanha, ganhando dramaticidade à medida que pesquisas eleitorais e diversas formas de manifestação de eleitores, nas ruas e na internet, confirmavam o favoritismo de Jair Bolsonaro.

Na vida cotidiana de homossexuais, transexuais, trans e travestis, conversas e interações relacionadas às eleições eram recorrentes e tinham tonalidades emocionais de apreensão, preocupação, ansiedade e medo. Por um lado, essas emoções fortaleciam um senso de união, solidariedade e comunidade entre “pessoas trans” e demais sujeitos LGBT<sup>3</sup>, seus amigos, familiares e aliados (grupos de esquerda, feministas, defensores de direitos humanos e o

---

2 “Pessoas trans” é uma categoria do mundo social investigado que inclui travestis, transexuais, homens trans, mulheres trans e identidades de gênero não-binárias. Trata-se de um termo guarda-chuva para abarcar a diversidade de identidades de gênero que correspondem ao que se tem conceituado teoricamente como experiências de conflito com as normas de gênero (Bento, 2014). Estes se diferenciam de outras dissidências de gênero por envolverem formas de corporificação contraditória (Connell, 2016) que são construídas, sobretudo, a partir de conflitos e/ou questionamentos do sexo biológico e da relação entre sexo e gênero, diferenciando-se, dessa forma, das identidades sexuais (relativas à orientação sexual) no campo da diversidade sexual e de gênero.

3 Sigla que abarca a diversidade de identidades sexuais e de gênero, que incluía, na época, lésbicas, gays, bissexuais, trans, travestis e transexuais. A sigla é atualizada quando há a incorporação de novos sujeitos políticos ao movimento. Atualmente, o movimento social pela diversidade sexual e de gênero se define como movimento LGBTQIAP+, incluindo as identidades queer, intersexo, assexuais e pansexuais. Contudo, utilizarei a sigla LGBT neste artigo porque era a forma utilizada no período de realização da pesquisa.

movimento de famílias de “filhos LGBT”); por outro, suscitavam desentendimentos e conflitos recorrentes nas relações com pessoas dos círculos mais íntimos que manifestavam preferência pela candidatura de Jair Bolsonaro. Esses tensionamentos ganhavam especial dramaticidade nas relações com a família, o que será meu objeto de análise nas páginas a seguir.

Discutirei neste artigo a dramaticidade dos impasses em torno da disputa eleitoral nos vínculos familiares mais valorizados, explorando como conflitos envolvendo moralidades sexuais, concepções de gênero e valores familiares avivaram a disputa política nacional nos afetos das famílias. Silêncios sobre a orientação sexual ou identidade de gênero de parentes foram questionados ou mantidos estrategicamente e lealdades familiares foram desafiadas, revistas ou reafirmadas. Emoções como amor, respeito e gratidão, ligadas às relações de “aceitação” na família (Oliveira, 2013), foram colocados à prova de modo a sustentar o voto em determinados candidatos ou a sobrepor-se a discordâncias nas adesões de diferentes membros da família a um ou outro lado da disputa.

Os dilemas familiares, identitários, morais e emocionais suscitados pelas eleições de 2018 e os discursos de diferentes agentes para organizar interpretações, escolhas e decisões naquele contexto situaram os cenários sociopolítico e cultural, nacional e local, em que realizei pesquisa de campo etnográfica sobre o tema mais amplo das relações de “pessoas trans” com suas famílias de origem ao longo do processo de “transição de gênero”<sup>4</sup>. A pesquisa foi realizada ao longo de 14 meses, entre 2018 e 2019, em João Pessoa (PB), envolvendo um conjunto de estratégias para a construção de dados: (a) observação participante em um ambulatório de saúde pública especializado no acompanhamento em saúde no processo de transição de gênero e em centros estaduais e municipais de políticas públicas de promoção de direitos humanos e combate à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero; (b) observações, interações e diálogos em atividades de ativismo de uma organização não-governamental nacional de famílias de “filhos LGBT”; (c) entrevistas semiestruturadas, em profundidade, registradas em gravador, com 21 homens trans, mulheres trans e travestis e com 14 familiares de transexuais (mães, em sua maioria), a grande maioria interlocutores que conheci por meio de interações e relações nos contextos e espaços sociais que citei anteriormente.

Como parte significativa da pesquisa de campo foi realizada durante a campanha eleitoral, a possível ascensão de Bolsonaro à presidência do país e as disputas discursivas e narrativas das campanhas dos candidatos ao governo estadual eram diariamente assunto nos diferentes lugares por onde eu circulava. Nessas conversas, eram recorrentes relatos e desabafo sobre brigas, desentendimentos e discussões em família motivadas pelo posicionamento de parentes na campanha eleitoral. Declarações de voto de familiares a um candidato favorável aos direitos respectivos à diversidade sexual e de gênero podiam ser fonte de segurança, alento e acolhimento,

---

4 Processo social, médico e jurídico de reposicionamento de um indivíduo nas relações de gênero pelo assumir de uma identidade social no gênero oposto ao determinado no nascimento a partir da concepção de sexo biológico.

enquanto a adesão destes aos discursos de candidaturas identificadas como “LGBTfóbicas”, em especial a de Bolsonaro, suscitava decepções, mágoas e agravamento de sentimentos de solidão e exclusão do grupo familiar. Em suma, a disputa política animava relações e interações na vida cotidiana, mostrando-se particularmente emocional nas relações de maior valor social e afetivo.

A interpretação de dilemas, confrontos, negociações e alianças emocionais suscitadas pela campanha eleitoral nos relacionamentos familiares possibilita apreender os discursos públicos e as moralidades que interpelaram e mobilizaram os posicionamentos, em muitos casos passionais, assumidos no decorrer da campanha. Para muitas pessoas, determinadas posições eram conflitantes com visões de mundo e valores de outros universos sociais ou grupos do qual faziam parte, o que podia conduzir a conflitos e rupturas, mesmo que temporárias em muitos casos. Essas experiências demandavam dos sujeitos um investimento tanto subjetivo quanto de administração da fachada social (Goffman, 2011) para sustentar esses mundos separados e/ou um esforço de conciliação de valores e relações, a princípio opostos, que chamavam à adesão. Expunham, assim, os efeitos capilares de processos sociais e culturais no campo da sexualidade e gênero das últimas décadas, nos contextos nacional e transnacional.

Refiro-me ao fato de que os últimos trinta anos foram atravessados por acirradas disputas sociais, políticas e culturais envolvendo o campo das diversidades sexuais e de gênero, movimentando as posições de agentes, os discursos e as forças sociais em torno do que hoje chamamos de “direitos LGBT”. Lutas por direitos de homossexuais e travestis vêm sendo empreendidas por ativistas e organizações da sociedade civil desde o fim dos anos 1970 e mais fortemente ao longo das décadas de 1990 e 2000, período em que há uma ampliação de parcerias governamentais com entidades da sociedade civil e a criação de políticas públicas para promoção de direitos humanos neste campo, sobretudo aqueles ligados à saúde, à segurança e à educação (Facchini, 2005; Fernandes, 2011; Galvão; Bastos; Nunn, 2012; Aguião, 2014; Carrara, 2015). Contudo, na década de 2010, diante desses processos e seus desdobramentos na ampliação de direitos civis e sociais, como o direito ao casamento homoafetivo, a implementação de políticas públicas de saúde para travestis e transexuais e a criação de programas voltados à erradicação da discriminação por gênero e orientação sexual nas escolas, forças sociais de agentes contrários ao reconhecimento e extensão de direitos para a diversidade sexual e de gênero passaram a reagir mais articuladamente e ostensivamente (Miskolci, 2018; Balieiro, 2018; Bertolini; Vianna, 2022). Nesse contexto, expande-se pelo Brasil o movimento transnacional contra a chamada “ideologia de gênero”, uma contraofensiva à extensão de direitos humanos no campo da diversidade sexual e de gênero (Miguel, 2016; Corrêa, 2018) que passa a reverberar na política nacional sobretudo a partir de 2014 e se torna uma das pautas importantes no debate público durante as eleições de 2018.

Sabe-se que relações de poder no campo da sexualidade e das políticas sexuais e de gênero costumam-se no cotidiano de contextos e espaços sociais diversos, nas práticas de diferentes agentes, organizações e instituições que conferem corpo e ação para conformá-las e concretizá-

las. Muitos de seus efeitos mais profundos são vividos no plano da subjetividade, das emoções e dos vínculos afetivos, como parte da esfera da “pessoalidade” das relações e da intimidade (DaMatta, 1997). Porém, os sujeitos nem sempre sentem e interpretam diretamente essas linhas de poder nas suas relações e nos seus vínculos pessoais como experiência de disputas políticas, visto que uma separação entre domínio público e domínio doméstico organiza a vida social nas sociedades modernas (Rosaldo, 1974).

Essa fronteira cultural entre o que é de caráter público e político e o que constitui a vivência dos afetos e vínculos pessoais se mostra, contudo, permeável e elástica quando eventos de amplo caráter coletivo animam o cotidiano da vida comum. Esse é o caso do “tempo da política”, termo que Beatriz Heredia e Moacir Palmeira (2006) utilizaram para se referir à sazonalidade com que grande parte da população vive a política como circunscrita aos períodos eleitorais. Para os autores, o período comporta disputas que não se limitam à ocupação de cargos eletivos, envolvendo a “adesão” das pessoas a um dos lados em que se “divide” a sociedade.

Nos períodos de campanha eleitoral, o exercício do voto como direito, obrigação e “adesão” (Heredia; Palmeira, 2006) aviva debates, disputas, consensos, identificações, pertencimentos e dissidências nas interações sociais do cotidiano prático e rotineiro das pessoas. A vivência da política se dá, então, na família, entre amigos, no trabalho, na igreja, nas redes sociais da internet e nas mais diversas esferas de sociabilidade, entretenimento e lazer. Foi dessa maneira que as eleições de 2018 para a Presidência da República propiciaram que a disputa no campo da diversidade sexual e de gênero envolvendo os direcionamentos da política sexual do Estado fosse sentida, experimentada e negociada no dia a dia por “pessoas LGBT” com suas famílias, amigos e nas relações de valor cultural e social importante.

A densidade emocional dessas relações convida também a uma análise da política das emoções (Abu-Lughod; Lutz, 1990) de “pessoas trans” e seus familiares ao longo do período. Embora expressões emocionais sejam consideradas fatos psicobiológicos naturais e universais nas sociedades ocidentais (Lutz; White, 1986; Rezende; Coelho, 2010), sabemos que emoções são fenômenos culturais, sociais e contextuais (Abu-Lughod; Lutz, 1990). Emoções são “práticas ideológicas” definidas em termos sociais, “encenadas” socialmente e articuladas na experiência pessoal, “[...] entrelaçadas de maneira complexa em sistemas de significados culturais e na interação social [...]”, conforme situou Catherine Lutz (1998 [1988], p. 5-8, tradução nossa). O fato de que não se conformam aos dualismos entre corpo e mente, razão e sentimentos, natureza e cultura, desafiando-os, como sugere Lutz (1998 [1988]), faz com que emoções sejam um meio privilegiado para compreender as estruturas sociais, as hierarquias, as relações de poder, os valores e as moralidades na forma como são incorporadas pelas pessoas e vividas nas interações sociais.

Este artigo está organizado em três seções principais. Na primeira, apresentarei sucintamente o clima político e emocional que caracterizava a campanha eleitoral no contexto etnográfico da pesquisa. Em seguida, discutirei os embates vividos por duas interlocutoras –

uma travesti e uma mulher trans – com suas famílias de origem durante o período, explicitando como as disputas públicas envolvendo as pautas de gênero e sexualidade eram tensionadas no cotidiano doméstico. Por fim, apresentarei o caso de uma interlocutora heterossexual, mãe de um homem trans, cujas relações com familiares, amigos e com a comunidade religiosa da qual fazia parte tornaram-se conturbadas em função de o seu apoio incondicional ao filho se refletir em suas posições durante a campanha eleitoral.

## **“EXISTÊNCIAS” E “RESISTÊNCIAS” CONTRA O “RETROCESSO”**

A Paraíba é um dos estados brasileiros em que o Partido dos Trabalhadores (PT) possui uma ampla base eleitoral, consolidada ao longo das administrações petistas à frente do governo federal. A população paraibana foi profundamente impactada pela redistribuição regional de renda (Silveira Neto; Azzoni, 2013) e por importantes políticas públicas federais e aportes de recursos aos governos estaduais em campos como educação, saúde e infraestrutura, que caracterizaram as gestões do PT. Esses impactos sociais sobre a vida da população mais vulnerável social e economicamente se fizeram sentir nas eleições de 2018, quando Fernando Haddad venceu Jair Bolsonaro em praticamente todos os municípios paraibanos. A exceção se deu nas cidades de maior Produto Interno Bruto (PIB) e escolaridade, tais como a capital, João Pessoa, e o importante polo econômico de Campina Grande, repetindo no contexto regional a tendência nacional de concentração de eleitores de Bolsonaro em regiões mais ricas.

Durante a campanha eleitoral, essa tendência já era perceptível na capital paraibana. A presença de muitos eleitores de Bolsonaro se evidenciava nos adesivos e bandeirinhas dos carros que circulavam nas ruas, nas bandeiras visíveis em sacadas e janelas de casas e prédios ou nas camisetas que muitas pessoas usavam com o rosto do candidato. Porém, eleitores do PT e “anti-Bolsonaro” também impunham grande presença. Passeatas, carreatas e diversas manifestações de apoio a um ou outro candidato se repetiram no primeiro e no segundo turno, cada grupo ocupando lugares centrais e estratégicos da cidade com sua estética política.

Carreatas em favor de Bolsonaro eram recorrentes nos bairros de expressiva população de classe média e alta da cidade, como Bessa, Jardim Oceania, Manaíra, Cabo Branco e Tambaú, na região da orla da praia e do Busto de Tamandaré, fechando parte da Avenida Eptácio Pessoa, uma das vias mais importantes no trânsito da cidade. Diversos carros de luxo e caminhonetes portando bandeiras do Brasil se destacavam nessas manifestações, nas quais predominavam os tons verde e amarelo do nacionalismo evocado pela campanha de Bolsonaro.

Os eventos em favor do candidato do PT, por sua vez, ocupavam regiões mais populares, sobretudo no entorno do Parque Sólon de Lucena – a “Lagoa”. Uma grande passeata que

contou com a presença de Fernando Haddad em 26 de outubro, por exemplo, uma das últimas a encerrar a campanha do candidato no segundo turno, fez o percurso do centenário prédio da escola estadual Lyceu Paraibano, passando pela Lagoa e chegando à Praça Vidal de Negreiros, o “Ponto de Cem Réis”. Esses são lugares que caracterizam o centro histórico e a região de comércio popular da cidade. Os conhecidos símbolos do PT, tais como as bandeiras vermelhas com a estrela emblema do partido, podiam predominar, mas compartilhavam o cenário com bandeiras de outros movimentos sociais: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), movimentos feministas, Central Unificada dos Trabalhadores (CUT) e o sempre presente arco-íris que caracteriza o movimento LGBT. Essas diferentes colorações e elementos simbólicos, incluindo os trajetos e lugares ocupados na cidade, sugeriam que os manifestantes a favor de um ou outro candidato disputavam projetos distintos de nação.

Entre pessoas da “comunidade LGBT”, as opiniões e posições de candidatos no campo das políticas públicas e direitos relacionados à sexualidade e identidade de gênero são frequentemente objeto de interesse e preocupação nos períodos de campanhas eleitorais. São monitoradas e divulgadas por agentes e instituições do movimento social, que desencorajam fortemente a escolha de candidatos que se opõem às pautas de ampliação de direitos no campo da diversidade sexual e de gênero (Natividade, 2016). Entre os interlocutores da pesquisa, havia explícita preocupação a esse respeito. A percepção da larga maioria era que existia uma oposição radical entre Jair Bolsonaro e Fernando Haddad nas posições sobre “direitos LGBT” e combate à “LGBTfobia”, favorecendo a opção pelo candidato do Partido dos Trabalhadores.

Pesquisas eleitorais de abrangência nacional realizadas durante o segundo turno de fato apontavam a preferência de eleitores LGBT por Haddad, o que sugere ter se tratado de um fato social que não se resumia ao universo pesquisado. Porém, os percentuais de intenção de voto em Bolsonaro também eram elevados. É o caso da Pesquisa Datafolha divulgada às vésperas do segundo turno. Segundo o levantamento, Fernando Haddad liderava com 57% das intenções de voto entre pessoas que se declaravam homossexuais ou bissexuais (Passos; Fioratti, 2018). Porém, 29% dos eleitores com esse perfil responderam que votariam em Jair Bolsonaro, um percentual expressivo e revelador de que as escolhas eleitorais dos sujeitos não podem ser resumidas a uma polarização simplificadora. Sujeitos com identidades sexuais ou identidades de gênero que são desviantes (Becker, 2008) das normas de gênero e sexualidade participam de múltiplos planos do mundo social, transitando entre contextos socioculturais que conformam práticas sociais, valores e visões de mundo distintos, como é próprio das sociedades complexas (Velho, 2013). Posição econômica, identidades étnico-raciais, pertencimento regional e religiosidade são outras características que situam os sujeitos a partir de eixos de desigualdade e poder (Hill-Collins; Bilge, 2021), complexificando as decisões de voto.

No contexto em que fiz pesquisa de campo, entre lugares, eventos, atividades, instituições e agentes envolvidos com políticas públicas e/ou com movimentos sociais, havia uma preferência pelo candidato do PT em função do reconhecimento de que os governos petistas

havia contribuído para a ampliação da cidadania e dos direitos LGBT. Muitas pessoas no contexto universitário e nos movimentos sociais conheciam Fernando Haddad como o criador do programa Transcidadania<sup>5</sup>, quando ele foi prefeito de São Paulo. Outro fato importante foi a declaração de apoio ao presidenciável do PT do então governador da Paraíba, Ricardo Coutinho, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), cuja popularidade era bastante alta, tanto que elegeu em primeiro turno o seu candidato ao governo estadual, João Azevedo. Ricardo Coutinho tinha o reconhecimento e a simpatia de muitos sujeitos homossexuais, trans e travestis em João Pessoa por ter sancionado leis antidiscriminação e implementado políticas como uma delegacia especializada em crimes homofóbicos, o Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBT e Enfrentamento à LGBTfobia da Paraíba (Espaço LGBT) e o Ambulatório de Saúde Integral de Travestis e Transexuais.

O candidato ao governo estadual pelo Partido Verde, Lucélio Cartaxo, irmão gêmeo do prefeito de João Pessoa, Luciano Cartaxo, contava de maneira similar com a simpatia de muitos eleitores LGBT pelo fato de que a gestão do irmão na prefeitura havia implementado o Centro de Cidadania LGBT da Coordenadoria de Promoção à Cidadania LGBT e Igualdade Racial de João Pessoa. Porém, Lucélio Cartaxo se recusou a assinar um documento se comprometendo com a manutenção de políticas públicas para mulheres, o que foi percebido como indício de que o candidato se aliaria futuramente a Jair Bolsonaro e ao PSL.

Os interlocutores viam com muita apreensão uma possível vitória de Bolsonaro, cujo favoritismo se confirmava a cada nova pesquisa de intenções de votos para a presidência. Uma interação que sintetiza essa atmosfera social de temor e preocupação ocorreu poucos dias antes do primeiro turno das eleições, no Espaço LGBT. Diana, uma interlocutora que se identificava como lésbica e negra, contou que estava sem dormir direito. Marcela, uma travesti que participava do diálogo, comentou que precisávamos “parar de nos afetar” ou iríamos adoecer. “Temos que estar fortes para seguir lutando. Vamos nos encontrar todos juntos numa mesma avenida”, encorajou. “No céu?”, brincou Diana e todos demos risadas. “Você vai ser assassinada na rua!”, exclamou. Marcela respondeu: “Vou morrer honrada, com minha bandeira [do orgulho LGBT] pingando sangue na mão, mas não embaixo de uma cama com medo”. Fiquei tocado com a forte simbologia da bandeira do arco-íris ensanguentada e pela convicção em sua fala de que faria o enfrentamento necessário, mesmo que custasse sua vida.

O quadro que a interlocutora nos ofereceu à imaginação – a cena de sua morte empunhando a bandeira do orgulho “pingando sangue” – tinha forte conotação emocional, comunicando, do seu ponto de vista, aspectos importantes sobre o jogo de forças em curso na disputa política. Era como se o vermelho do sangue realizasse uma espécie de saturação do tom

---

<sup>5</sup> Transcidadania foi um programa criado pela prefeitura de São Paulo com o objetivo de promover a inserção de travestis, trans e transexuais no mercado de trabalho. O programa foi posteriormente replicado em outras cidades, como foi o caso da prefeitura de João Pessoa por meio do Centro de Cidadania LGBT.

alarmista que permeava as interações e conversas sobre as eleições e que revelava a presença de um “medo” coletivo e difuso. Esse temor compartilhado pelos interlocutores ganha sentido uma vez que pensamos o “medo” como uma emoção associada a noções de risco e perigo compartilhadas por indivíduos ou grupos sociais situados em períodos históricos e configurações sociais determinadas (Rezende; Coelho, 2013).

No contexto etnográfico em análise, o “medo” se originava do reconhecimento de que Jair Bolsonaro não apenas se opunha aos avanços no campo dos direitos de minorias sexuais, mas também propagava discursos violentos e discriminatórios contra homossexuais, travestis e transexuais. Inúmeras declarações e episódios ao longo da carreira política de Bolsonaro eram frequentemente lembrados e citados pelos interlocutores em conversas sobre as eleições. Havia forte produção e reverberação de discursos que apontavam Bolsonaro como uma ameaça aos direitos LGBT conquistados nas últimas décadas. Além disso, muitas pessoas sentiam que sua segurança estaria ameaçada, avaliando que uma vitória de Bolsonaro simbolizaria a legitimação da violência e da discriminação. Por outro lado, ao dizer que preferiria “morrer honrada”, empunhando a bandeira do arco-íris, Marcela evocava “coragem” diante do medo, fortalecida a partir de um senso de “orgulho” construído por décadas de movimentos sociais organizados. A “coragem” resultava da força de um discurso ativista que instava a lutar por liberdade e pelo direito de viver publicamente as identidades sexuais e de gênero. “Lutar”, naquele contexto, significava assumir uma posição de “resistência” contra “retrocessos”.

A ideia de “ser resistência” mobilizou não apenas os movimentos sociais pela diversidade sexual e de gênero, mas diversos outros grupos que sentiam que seus direitos estavam ameaçados. Em função disso, as eleições de 2018 se caracterizaram por mobilizações sociais que propunham uma articulação política ampla contra a eleição de Bolsonaro. O repúdio aos discursos do candidato e o medo de um governo autoritário, de retirada de direitos sociais e de perseguição ideológica e política era assumido, então, como ponto convergente de uma ampla campanha de oposição a Bolsonaro, na qual diversas manifestações virtuais e nas ruas construíram-se conjuntamente. A mobilização nacional organizada pelas redes sociais, sobretudo por ativistas, grupos, coletivos e organizações feministas, em torno da hashtag #EleNão foi provavelmente a iniciativa de maior repercussão pública. Atos e manifestações de rua foram organizados em diferentes cidades brasileiras com o objetivo de convencer eleitores indecisos ou que pretendiam votar em Bolsonaro a optar por outro candidato.

Esse é o cenário que encontraremos na sequência, quando situarei o/a leitor/a no contexto etnográfico de um ato do movimento #EleNão realizado em João Pessoa. Nesse evento, do qual participaram grupos diversos performando identidades coletivas e posições políticas, encontraremos duas interlocutoras cujas experiências de conflitos familiares durante a campanha eleitoral possibilitarão compreender como os embates da política nacional foram encenados no plano da família, dos afetos e das relações íntimas.

## DECLARAÇÕES DE VOTO E GESTOS DE “ACEITAÇÃO”

O último final de semana de setembro foi dos mais importantes para a campanha contra a eleição de Bolsonaro no primeiro turno, pois ocorreram diversas manifestações organizadas em torno da hashtag #EleNão em cidades de todo o país<sup>6</sup>. Com os movimentos e coletivos feministas à frente, mulheres e diferentes grupos sociais que se consideravam desrespeitados, ameaçados e violentados por declarações de Bolsonaro realizaram atos de oposição pública ao candidato. Ao mesmo tempo em que essas manifestações de mulheres repudiavam sobretudo o machismo e a misoginia que identificavam nas ações do presidencialista, convidavam a uma aliança “anti-Bolsonaro” entre grupos oprimidos por hierarquias de classe, raça, gênero e sexualidade. “Se fere a minha existência, serei resistência” era uma das palavras de ordem do movimento que mobilizava a postura de “resistir” entre diferentes grupos sociais.

Em João Pessoa, participei da grande manifestação do movimento #EleNão daquele final de semana, que ocorreu na Praça da Paz, próxima à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no bairro Bancários. O ato, chamado de “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro”, foi organizado pelos movimentos feministas locais por meio do Facebook e outras redes sociais. Diferente das manifestações realizadas também naquele fim de semana em outras cidades do estado, como Patos e Campina Grande, não houve passeata em João Pessoa. Os manifestantes – cerca de 20 mil, segundo a organização – permaneceram concentrados no local. Uma manifestação simultânea a favor de Bolsonaro ocorreu em outra praça da cidade.

Quando cheguei, a paisagem da Praça da Paz já estava colorida por cartazes, faixas e pelas diversas camisetas usadas pelos manifestantes, que estampavam frases políticas. Muitas eram em tons de roxo, cor símbolo do feminismo. Um palco fora erguido no anfiteatro da praça, sob uma tenda branca, onde artistas locais se revezavam com apresentações de música popular, negra e regional. Um grupo de militantes ocupava o topo de uma pista de skate, entre faixas e cartazes, entoando palavras de ordem.

Uma heterogeneidade de grupos com interesses diversos estava presente: militantes de esquerda e de movimentos sociais feminista, negro e LGBT, estudantes, professores, gays, lésbicas, travestis, trans e transexuais. Havia diversos manifestantes com o rosto pintado com #EleNão, algumas pessoas com a camiseta “Lula Livre”, com a estrela do PT ou com adesivos dos candidatos Fernando Haddad e Ciro Gomes, candidato do Partido Democrático Trabalhista (PDT) à presidência. Circulava entre os manifestantes um boneco gigante do personagem

---

<sup>6</sup> Uma reportagem do portal de notícias G1 registrou atos em 114 cidades brasileiras. Os maiores ocorreram em São Paulo, no Largo do Batata, e no Rio de Janeiro, na Cinelândia. Em São Paulo, a organização estimou que 500 mil pessoas participaram. Fora do Brasil também ocorreram manifestações contrárias a Bolsonaro: Nova Iorque, Londres, Lisboa, Barcelona e Cidade do México foram algumas das cidades com atos naquele fim de semana (G1, 2018).

Baby, do antigo seriado “A Família Dinossauros”, vestindo uma camiseta vermelha estampada com “Ele não é a mamãe”. Naquele contexto, fazia referência à ex-presidente Dilma Rousseff, apelidada de “Dilmãe” por muitos de seus apoiadores e militantes do PT. “Lute como uma garota”, “Me poupe, se poupe, nos poupe”, “Sou mulher e só voto em quem me respeita” eram algumas das frases que estampavam as camisetas dos manifestantes presentes no evento. Muitas pessoas traziam bandeiras do “movimento LGBT”; outras, cartazes com mensagens como “Com quantas fraquejadas se faz uma revolução?” e “Às vezes antissocial, sempre antifascista”. Eram frases que se contrapunham a declarações de Bolsonaro ofensivas às mulheres ou que vinham do contexto de interações nas redes sociais durante a campanha eleitoral.

Embora a proposta fosse unir grupos com projetos políticos distintos e até opostos em torno de uma causa comum, suspendendo temporariamente as diferenças, era evidente o predomínio de um discurso feminista alinhado a visões de mundo e projetos políticos e econômicos de esquerda. Este fato se fazia notar tanto nos discursos públicos dos militantes, nas palavras de ordem e no perfil dos participantes quanto na estética do evento. A presença de uma pluralidade de grupos sociais, assim como a transformação de atos, passeatas e manifestações em espaços que unem política, sociabilidade e diversão, fazendo uso do humor e da irreverência, são características recorrentes nesses eventos desde aproximação entre esquerda e novos movimentos sociais na década de 1980 (Trindade, 2018).

Caminhando pela praça e passando pelos muitos grupos já reunidos desde o início do ato, avistei duas interlocutoras, Antônia e Kaelina, e me aproximei. Conhecera Antônia no Espaço LGBT e Kaelina em eventos do movimento social – o Encontro Paraibano de Pessoas Trans e a Parada LGBT de João Pessoa. Kaelina era uma mulher trans com pouco menos de 30 anos, que em breve completaria seu primeiro ano de transição de gênero. Branca, alta, tinha o cabelo castanho em um corte “Chanel” e roupas que afirmavam sua identificação com o rock underground de João Pessoa: vestia preto, um colete jeans com mangas displicentemente cortadas e esfiapadas e munhequeiras com fivelas em um dos braços. Trabalhava em um serviço de telemarketing enquanto fazia planos de voltar à universidade, que abandonara.

Antônia, por sua vez, era negra, também na faixa dos 30 anos, e se identificava como travesti. Tinha um olhar suave e gestos delicados. Sempre vestia roupas leves, em modelos e cores que geralmente ressaltavam as suas características gentis e sonhadoras, mas, às vezes, traziam contrastes em tons que enfatizavam seu lado apaixonado e romântico. Naquela tarde, vestia uma regata branca simples, complementando uma saia longa, que esvoaçava quando o vento se engraçava pelo tecido. Recém concluía um curso de graduação na área de Ciências Humanas e se orgulhava disso: era a primeira pessoa da família com formação universitária, feito valorizado com fotografias de sua formatura em espaço de destaque na parede da sala da sua casa. Outro motivo de satisfação para Antônia era o fato de ter realizado a maior parte do curso já vivendo sua identidade feminina, o que trouxera complicações e dificuldades. Na época em que nos conhecemos, vendia produtos de beleza e cogitava iniciar uma pós-graduação.

Tanto Kaelina quanto Antônia viviam com a família. Kaelina morava perto da UFPB, com a mãe, dona de casa, e o irmão mais velho, contador, em um apartamento adquirido pelo pai, um advogado que falecera há poucos anos. Antônia também residia com os pais e com o irmão mais velho em um apartamento próprio da família, mas localizado noutra região da cidade, em um bairro habitado por famílias de camadas populares. O pai era militar, a mãe dona de casa e o irmão músico. O imóvel em que moravam havia sido registrado no nome de Antônia, fato que contribuiu para que a jovem, que saíra de casa para morar na residência estudantil da UFPB nos primeiros anos de transição de gênero, voltasse a morar com a família pouco tempo após a compra do apartamento. Já Kaelina sempre vivera com a família, mas pensava em se mudar agora que a transexualidade tornara a convivência bastante difícil. Porém, os gastos com os recursos necessários para moldar seu corpo à feminilidade desejada postergavam o projeto.

A relação com familiares permeou nossas conversas naquela tarde que passamos juntos no ato na Praça da Paz e foi um assunto que retornou diversas vezes quando nos encontramos, antes e depois das eleições. No caso de Kaelina, a relação mais complicada era com a mãe, que tinha dificuldades de aceitá-la como mulher trans e fazia comentários ofensivos frequentes, direta ou indiretamente, sobre sua identidade de gênero. Kaelina retrucava e elas brigavam. Já Antônia sempre sofrera com a rejeição do pai, mas tinha o apoio da mãe e do irmão.

Como outros interlocutores da pesquisa, Antônia e Kaelina vivenciavam o acirramento de conflitos nas relações de família durante as eleições. Ouvindo seus relatos, entendi como os embates no campo da diversidade sexual e de gênero ganhavam capilaridade nas interações entre familiares. Antônia me contou, por exemplo, que estava muito difícil a convivência com o pai, eleitor de Bolsonaro, mas que se sentia reconfortada porque a mãe a havia confidenciado que não votaria em Bolsonaro, contrariando a vontade do marido: “Significa que ela me aceita”. O exemplo de Antônia mostra como, em uma campanha eleitoral marcada pelo discurso de combate à “ideologia de gênero”, a adesão à candidatura de políticos abertamente favoráveis ou contrários aos direitos LGBT tinha um efeito performativo importante de “aceitação” ou rejeição da homossexualidade ou transidentidade de um parente.

Antônia partilhava com outros interlocutores da pesquisa os receios e preocupações que, como vimos, vinham sendo experimentados coletivamente de forma difusa e em intensidades variadas. Porém, essas emoções eram contrapostas por afetos vividos na família, com a mãe e o irmão, nos vínculos de amizade na universidade e nos movimentos sociais. Havia um tom esperançoso na maneira como Antônia se referia a essas relações quando conversávamos sobre as possíveis consequências de uma vitória da extrema direita nas eleições.

A esperança, emoção de complexidade em escalas macro e microsocial, emerge e comunica sobretudo em situações de indefinição e de incerteza, quando o futuro se apresenta imprevisível, ameaçado e em aberto (Burke, 2012; Menezes, 2013). Essa emoção está, portanto, diretamente ligada ao campo de possibilidades (Velho, 2013) que apresenta aos sujeitos uma margem para pensar, idealizar e aspirar realidades diferentes (Burke, 2012; Crapanzano, 2003).

O caso de Antônia envolvia tanto a esperança como a emoção que conforta quanto a esperança como impulso para a ação política (Crapanzano, 2003), ambos os sentidos relacionados ao fortalecimento de relações, redes e comunidades afetivas. A “aceitação” da mãe, que lhe garantiu que “sempre teria a sua família”, acolhia Antônia na segurança difusa e contínua atribuída aos vínculos familiares, adensando a confiança na “solidariedade duradoura” das relações de parentesco (Schneider, 2016).

Diferente de Antônia, Kaelina vivia a maior parte dos conflitos durante as eleições no relacionamento com a mãe, que, na sua percepção, via a possibilidade de vitória de Bolsonaro como forma de dissuadi-la da transição de gênero. “Ela acha que se ele ganhar eu vou ‘parar com isso’”, disse Kaelina, gesticulando as aspas para explicitar que eram palavras da mãe, quando conversávamos sobre os posicionamentos políticos de nossas famílias durante o ato #EleNão. Sua voz era em um misto de deboche e tédio. O tom debochado desqualificava o que a mãe havia dito porque mudar de ideia sobre sua identidade de gênero era algo que Kaelina considerava impossível. Ao mesmo tempo, a nota de tédio em sua voz trazia um cansaço emocional com a recorrência de situações em que precisava lidar com esses confrontos, experiência que assumia ser partilhada entre os demais participantes da interação. Desse modo, o desabafo tinha uma dimensão política de crítica social (Oliveira, 2019).

Diversos grupos sociais ligados a agendas conservadoras no campo da diversidade sexual e de gênero consideravam que a eleição de Bolsonaro traria um recuo ao movimento de reconhecimento e ampliação de direitos LGBT no país. Nesse contexto, para pessoas que não aceitavam a homossexualidade ou transgeneridade na família, votar no candidato podia ser uma forma de agir contra as práticas, identidades e escolhas afetivas do parente homossexual, trans ou travesti, rejeitando não apenas sua identidade sexual ou de gênero, mas projetos políticos que validassem essas vivências na vida pública. Brigas e discussões com “pessoas LGBT” recém “assumidas” ou “transicionadas” na família podiam se intensificar com a adesão dos familiares à candidatura de Bolsonaro.

Na experiência de Kaelina, além dos problemas com a mãe, a forma como muitos parentes passaram a defender Bolsonaro durante a campanha implicou na decisão de se afastar de certas relações com a família extensa. Isso ocorreu mesmo com familiares que diziam votar no candidato por razões não relacionadas aos posicionamentos sobre gênero e sexualidade e que demonstravam “respeitar” a sua transição de gênero. Durante uma entrevista, Kaelina contou que, antes do início da campanha eleitoral, participara do casamento de uma prima na região rural da Paraíba, em uma cidade bastante religiosa e tradicional. Ficara hospedada na casa de tios que considerava “machistas”, mas sentira-se bem-recebida por todos, parecendo-lhe que havia maior receptividade da família extensa à sua transição de gênero do que entre sua mãe e seus irmãos. Porém, essas relações mudaram quando a campanha eleitoral começou.

Estavam cegos! Não importava o que eu dissesse. Eu, meus primos também – eu tenho uns primos que são gays. Eles diziam ‘Ah, ele não é homofóbico, isso é manipulação

da esquerda. O Brasil precisa de mudança. Você está sendo egoísta'. Eu tinha uma tia no meu Face... Eu acabei entrando naquela onda do 'Meu bolsominion<sup>7</sup> secreto', né... [...] Como outras meninas fizeram, eu disse que ia expor [homens heterossexuais que sabia terem relações sexuais com mulheres trans e travestis em segredo] se Bolsonaro fosse eleito. Aí ela disse 'Não faça isso, você é tão bem-criado... Se seu pai estivesse vivo, imagine a tristeza que ele estaria sentindo'. Aí eu respondi para ela: 'Você fala tanto de educação, mas esquece que isso é falta de caráter [...]. E outra coisa: por que a senhora vem no meu post me falar da minha educação se eu, por respeito a vocês, me retirei do grupo da família [no WhatsApp] sem criar confusão? Cuidado que teto de vidro se quebra'. Aí pronto, ela me bloqueou. (Kaelina, em entrevista – João Pessoa, 6 de dezembro de 2018).

O relato de Kaelina revela um cenário de tensão recorrente envolvendo familiares que “aceitavam” parentes homossexuais ou trans, mas que declaravam voto em Bolsonaro. Do ponto de vista da interlocutora, os familiares estavam sendo iludidos ou enganados, perspectiva que ressoava os discursos de oposição a Bolsonaro que situavam seus eleitores como vítimas de “manipulação”, “mentiras” e “fake news”. Porém, o caso que compartilhou é ilustrativo de que muitos eleitores de Bolsonaro não se consideravam favoráveis à discriminação de homossexuais, trans e travestis, mas votavam no candidato por motivos variados, seja porque Bolsonaro representava um projeto econômico neoliberal, seja porque sua candidatura aglutinava temas de forte apelo popular na época, como combate à corrupção, antipetismo, segurança pública e flexibilização da posse de armas. Além disso, a “aceitação” de parentes LGBT nas famílias frequentemente coexiste com visões tradicionais de gênero e sexualidade e com o heterossexismo. Eleitores podiam votar em Bolsonaro por concordar que era preciso combater a “ideologia de gênero”, por exemplo, e manter vínculos de afeto com parentes homossexuais, travestis e trans, julgando exagerada a ideia de que a eleição de Bolsonaro provocaria um aumento da discriminação e da violência.

As experiências de Antônia e Kaelina exemplificam como se configuraram conflitos e embates vividos por homossexuais, travestis e transexuais nas famílias a partir dos confrontos entre diferentes discursos e posicionamentos relacionados à diversidade sexual e de gênero na campanha eleitoral e do tensionamento entre perspectivas distintas de parentes a respeito do que estava em jogo nas eleições de 2018 para os direitos LGBT. No relato de Antônia, vimos que o conflito era partilhado também por sua mãe, que era pressionada pelo marido a votar em Bolsonaro, mas não apoiava o candidato por amor à filha travesti. O caso é ilustrativo de que os impasses em torno das pautas morais de gênero e sexualidade nas eleições eram vividos nas relações familiares também por sujeitos que compartilhavam das posições políticas dos parentes LGBT e que temiam as consequências da eleição de candidatos com discursos reacionários.

Na próxima seção, analisarei os impasses de familiares de sujeitos LGBT que “aceitavam”

7 “Bolsominion” era um termo depreciativo usado para se referir aos apoiadores de Bolsonaro, inspirado em personagens de um filme de animação infantil.

a identidade de gênero ou orientação sexual do parente, mas participavam de mundos sociais em que havia predomínio de discursos contra a “ideologia de gênero” e maior afinidade com as posições políticas e projetos de Jair Bolsonaro ou de outros candidatos da extrema direita. Discutirei o caso de Mariana, interlocutora que conheci em uma associação de famílias de filhos LGBT. Mãe de um jovem homem trans, Mariana considerava que a eleição de Bolsonaro representaria uma ameaça real à vida de seu filho e compartilhava do medo experimentado por muitos sujeitos LGBT diante da perspectiva de vitória do candidato. Porém, Mariana era fervorosamente católica e vivia impasses de tonalidades dramáticas para conciliar as relações com amigos do círculo religioso e com familiares que eram eleitores de Bolsonaro.

## **“EU JÁ CHAMEI GENTE DE FARISEU, SEPULCRO CAIADO...”: FAMÍLIA, RELIGIOSIDADE E POLÍTICA**

Mariana me disse que estava “nervosa”. Em poucos minutos, ela se sentaria ao lado de outras mulheres com trajetórias bastante distintas à sua para compartilhar experiências como mãe de um homem trans em um sarau sobre o tema “maternidades”, organizado por coletivos feministas de João Pessoa. Não era o fato de falar em público que provocava o nervosismo, explicou-me antes, mas o de representar pela primeira vez, em um evento, as Mães pela Diversidade (MPD), organização de famílias de “filhos LGBT” da qual fazia parte. Mariana não se considerava alguém que “militava” e “levantava bandeira”, tal como afirmou certa vez, quando usei a palavra “militância” para me referir à sua participação no MPD. Mesmo assim, aceitou o convite em cima da hora para substituir outra convidada.

Mariana era uma mulher na faixa dos 55 anos, de pele “mais puxada para o moreno”; tinha cabelos pouco acima da linha dos ombros e olhos escuros, que combinavam com a armação cor de vinho dos óculos nas maçãs de seu rosto. Era a mais velha de seis irmãos em uma família de agricultores e comerciantes em que sua geração foi a primeira a ingressar no Ensino Superior. O pai, guarda sanitário da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM) do Governo Federal; e a mãe, dona de casa, haviam estudado até a chamada “admissão” na quinta-série, o que já era um grande feito para alguém “do interior”, como ressaltou em entrevista. Avaliou que teve uma criação fortemente católica e bastante convencional em valores e concepções de gênero e sexualidade, mas que o aprendizado das habilidades de cuidado doméstico não excluiu o incentivo para a educação formal. Mariana se graduou em um curso da área da saúde para o qual foi direcionada pela família e sempre trabalhou na área. Assim, compunha a renda familiar junto com o marido, professor de uma escola pública de João Pessoa, ao longo dos mais de 30 anos de casados em que criaram seus três filhos – Camila, a mais velha, com 31 anos, Elisa, de 28, e o filho trans Luan, de 21 anos.

Aquela havia sido uma semana particularmente difícil, após o primeiro turno das eleições. Mariana havia inclusive cancelado uma sessão de entrevista comigo porque precisava “digerir o baque”. Desde que se acirrara a disputa eleitoral, enfrentava discussões acaloradas e embates com amigos e familiares que frequentemente envolviam frustrações e decepções. Entre situações em que sustentava posicionamentos firmes contrários a Bolsonaro, levando-a a romper amizades muito antigas, e outras em que escolhia recuar para preservar relações na família, Mariana vivia as eleições como uma experiência muito pessoal, que tocava diretamente em questões relacionadas à família e às suas crenças religiosas e valores mais profundos.

Desde que o filho caçula, Luan, revelara ser um homem trans, pouco tempo antes de completar 18 anos, via-se em um processo de “me virar pelo avesso pra poder voltar a ser, desvirar, sendo outra pessoa”. Por essa expressão, Mariana se referia à forma como a transição de gênero de Luan a colocara em um caminho de desestabilização de suas concepções mais básicas de gênero, sexualidade e família, obrigando-a a encontrar o “avesso” destas para então “voltar a ser” e se desvirar “sendo outra pessoa”. Tratava-se de um processo de reconstruir-se a partir de valores e relações sociais fundamentais. Nesse caminho, a religiosidade – Mariana e sua família eram católicos ligados a grupos da renovação carismática – e o valor do vínculo filial foram primordiais para conduzir a transição de gênero de Luan no núcleo familiar.

Durante a campanha eleitoral, quando se tornaram públicos os posicionamentos políticos e morais de parentes e amigos em torno das questões de gênero e sexualidade, Mariana e o marido viram-se diante de dilemas em várias relações e interações. Ela sentia que suas crenças estavam sendo maculadas por pessoas que usavam a religião para justificar ideias e atos que, além de considerar contrários aos valores cristãos, colocavam em risco a vida de seu filho.

Mariana vivia esses conflitos de modo que posicionamentos políticos à esquerda e o apoio e “aceitação” à transexualidade de Luan eram constantemente costurados a uma moralidade religiosa católica. Logo em nossa primeira entrevista, articulou o mandamento bíblico de “amar ao próximo como a ti mesmo” à ideia de “respeito” como forma de “valorização do ser humano”, emocionando-se ao relembrar um sermão do padre sobre o tema.

O evangelho manda amar, amar as pessoas, amar a todos. ‘Amar ao próximo como a si mesmo’. [...] Independente de qualquer coisa... Eu acho que isso aí está acima... É Deus que fala. Então isso que mais me machuca quando eu vejo pessoas cristãs, entendeu, dizer as barbaridades que estão dizendo. Porque eu acho que isso é uma *afronta* [ênfase], uma afronta enorme às nossas crenças... [...] Eu entro na igreja hoje, assim, e eu estou num conflito, entendeu? [voz embargada.]. Porque eu olho para as pessoas e eu fico tentando enxergar se elas realmente são aquelas pessoas ou são uma fachada. Eu já chamei gente de fariseu, sepulcro caiado... (Mariana, em entrevista – João Pessoa, 16 de outubro de 2018).

Nesse trecho, a interlocutora expressa as tensões provocadas por divergências morais na comunidade católica de que fazia parte, na medida em que esses valores se encontravam disputados em seus sentidos e usos cotidianos. Para Mariana, certos usos de uma retórica

religiosa para justificar práticas e posicionamentos políticos contrários ao que entendia como valores cristãos basilares eram “barbaridades” e “afrontavam” essas crenças. A violação nesse caso pode ser compreendida como uma ofensa moral pela mácula a um sistema de valores pelo qual Mariana se orientava e, por isso, era sentida intimamente pela interlocutora. Para Mariana, a gravidade se acentuava na medida em que tais ofensas eram praticadas por católicos fazendo uso de uma interpretação bíblica que ela considerava deturpada. A força emocional com que vivia esses sentimentos se afirmava no tremor da voz e nos olhos turvos de lágrimas.

A ofensa se constitui em mágoa quando há como componente um vínculo de pessoalidade e intimidade no relacionamento com os ofensores. Dessa forma, foi em uma relação de muitos anos com um casal de amigos que Mariana e o esposo sentiram mais agudamente as consequências da transição de gênero de Luan para os vínculos de sua rede social. Abrirem-se fissuras que, em pouco tempo, esfacelaram a amizade entre eles. A reação dos amigos à transição de gênero de Luan foi o primeiro elemento de deterioração. O posicionamento público desses em favor da eleição de Bolsonaro foi o segundo.

Era um almoço na casa do casal e a conversa seguia agradável como de costume quando, à menção do nome feminino “de batismo” de Luan, o marido de Mariana decidiu contar a verdade: a “filha” agora era filho. Mariana descreveu com um amargor de ressentimento a forma como a amiga reagiu com uma exclamação de choque: “Meu Deus! Coitada de você!” Ainda que o tom penalizado se pretendesse solidário, soou extremamente ofensivo para Mariana, pois explicitava que, para a amiga, a identidade de gênero de Luan era um estigma (Goffman, 2017) que rebaixava o filho e a família. Ela não deixou Mariana compartilhar seu ponto de vista sobre a questão, insistindo enfaticamente que a solução era “se ajoelhar e rezar”.

Após esse evento, outras interações por meio da internet intensificaram a mágoa. O casal de amigos seguiu compartilhando nas redes sociais e no WhatsApp conteúdos que Mariana considerava discriminatórios e fazendo campanha pela eleição de Bolsonaro. Como o casal já sabia que Luan era trans, cada postagem ou mensagem que enviavam eram recebidas como ofensa pessoal por Mariana.

Depois vem me passar mensagem de Natal mais linda do mundo... Eu nem respondi, porque não adianta você estar falando de Jesus, falando de Deus, e quando você quer que a pessoa seja solidária com aquela situação, a pessoa ‘Não, mas isso não é o mais importante. O mais importante agora é combate à corrupção’. Não é discutir o preconceito de Bolsonaro contra a população, com gays, contra negro, com mulher, isso não é importante não. [...] O que sofrem as pessoas, o preconceito, o reflexo num governo como esse na vida dessas pessoas, para ela isso não faz a menor diferença. (Mariana, em entrevista – João Pessoa, 21 de dezembro de 2018).

Porém, o mais difícil dos embates em torno da eleição de Bolsonaro em seus entrelaçamentos com as questões de gênero de Luan se configurou na própria família. A maior parte dos parentes de Mariana tinha uma visão política à esquerda e não votaria em Bolsonaro, mas com aqueles que tinham inclinação ao “bolsonarismo” havia a busca por manter um limiar

de tensão e oposição que não comprometesse as relações na família. Em certas ocasiões, como almoços de família e aniversários, optavam por uma trégua nos embates sobre política, deixando as discordâncias suspensas. Entretanto, esse equilíbrio era mais difícil de sustentar quando as discussões ocorriam dentro de casa: as duas filhas votariam em Bolsonaro. A mais velha, Camila, policial civil, não se posicionava abertamente, mas deixava implícita a sua escolha. Na percepção de Mariana, a filha votava motivada sobretudo pela pauta da segurança pública. Temia que Luan descobrisse, imaginando que seria uma grande decepção para o filho, pois ele e Camila eram bastante próximos. Já Elisa se declarara abertamente eleitora de Bolsonaro. Muito religiosa, durante as eleições alinhou-se à retórica conservadora de gênero e sexualidade da campanha do candidato, o que deixava a mãe inconformada.

Em uma conversa após o primeiro turno das eleições, Mariana me contou, consternada, que o relacionamento com Elisa, em especial, seguia bastante conturbado. Mariana e o marido haviam tentado de todas as maneiras convencer a filha a rever sua decisão de voto, buscando fazê-la entender o que a eleição de Bolsonaro representava para Luan. Discutiram, brigaram, mas Elisa mostrava-se irredutível. Nos últimos dias, vinha evitando a mãe. Mariana recordou de uma situação recente na cozinha de casa: a filha estava comendo em pé; a mãe convidou que se sentasse à mesa; a filha se recusou. “Eu não, você tem raiva de mim”. Mariana repetiu as palavras da filha como as trouxe na lembrança e reencenou o diálogo. “Raiva?”, repetira. “Não, eu não tenho raiva. Você é minha filha”.

O embate mais recente ocorrera porque a filha adicionara à foto de perfil do Facebook um “tema”<sup>8</sup> declarando voto a Bolsonaro. A mãe já havia excluído Elisa do Facebook para não ver as postagens da filha sobre esse assunto e evitar discussões, mas soube da foto por outra pessoa da família. A “vergonha” foi muito forte, disse-me Mariana, de modo que abordou Elisa para pedir uma explicação. “Só estou manifestando a minha opinião”, teria dito a filha secamente, ao que Mariana retrucou que ela própria não estava usando um “tema” pró-Haddad por “respeito” à Elisa. A discussão se intensificou até que a filha exclamou em desabafo: “Você quer ser tão tolerante, mas não respeita a minha opinião!” Mariana silenciou por alguns segundos, como se, ao me narrar a cena, fosse novamente confrontada pela acusação da filha. Não tocaram mais no assunto desde então, disse-me, e embora Elisa a estivesse evitando, a filha retirara do Facebook o “tema” pró-Bolsonaro.

Conversamos bastante sobre as várias dimensões que envolviam a disputa eleitoral e seu reflexo nas relações de Mariana com a família naquela primeira noite em que ela falou como representante do Mães pela Diversidade, antes que o evento iniciasse. As luzes baixas em tom de âmbar do ambiente, embora tornassem o clima aconchegante, também insinuavam sombras, como as esperanças e preocupações que foram partilhadas pelas participantes ao longo da

---

8 “Tema” era um recurso gráfico do Facebook que possibilitava ao usuário inserir molduras, cores, imagens e/ou mensagens à sua foto de perfil. Era usado para sinalizar posições políticas ou apoiar pautas sociais.

noite. Enquanto ouvia Mariana, via as cenas que me descrevia como que projetadas naquela atmosfera opaca e de iluminação tênue. Parte delas atravessava justamente a fresta estreita entre os relacionamentos de maior valor afetivos vividos como íntimos e pessoais e a vida política, social e pública dos valores e práticas de gênero, sexualidade e família.

## CONCLUSÕES: O PESSOAL E O POLÍTICO

Discuti, ao longo deste artigo, a reverberação, no domínio familiar e doméstico, de confrontos e disputas no campo da moral e dos costumes ligados às relações, experiências, identidades, normas e concepções de gênero e sexualidade, durante a campanha eleitoral de 2018. De um lado, a candidatura de Jair Bolsonaro (PSL) e políticos aliados, situados à direita e extrema direita do espectro político, era considerada pelos interlocutores como representante de valores tradicionais de gênero e sexualidade, ligados a segmentos conservadores da sociedade brasileira, à manutenção das hierarquias entre homens e mulheres, heterossexuais e não-heterossexuais, e à negação das identidades de gênero e dos direitos básicos de travestis, trans e transexuais. Por outro lado, a candidatura de Fernando Haddad (PT), à esquerda, era associada ao legado positivo das gestões petistas anteriores em termos de promoção de políticas públicas no campo da igualdade de gênero e da ampliação dos direitos humanos de mulheres e minorias sexuais, sinalizando, para eleitores alinhados a posicionamentos progressistas nesse campo, a possibilidade de recuperar, dar continuidade e ampliar iniciativas e ações do poder público nessas áreas.

É importante salientar que tanto a campanha de Bolsonaro quanto a campanha de Haddad envolveram nuances acerca da temática da diversidade sexual e de gênero, escapando a polarizações rígidas (Costa Novo, 2021). Os posicionamentos públicos de políticos sobre temas como religião, direitos sexuais e políticas públicas para homossexuais, travestis e transexuais não são intrínsecos aos agentes em campo, mas permeáveis às contingências de diferentes fatos e eventos (Natividade, 2016). Como é característico do campo político, são posições que dependem dos movimentos nas relações de força que configuram as condições da disputa (Bourdieu, 2011). Esse caráter situacional também se evidenciou nas eleições de 2018. Porém, o ponto de vista dos interlocutores era que havia de fato uma importante oposição entre os dois principais candidatos à presidência da república com relação às políticas e aos direitos no campo da diversidade sexual e de gênero.

Discursos de eleitores e de agentes ligados às campanhas dos presidenciais, fortemente carregadas de conteúdo emocional, construía e difundiam um medo coletivo diante da possibilidade de vitória do candidato opositor. No caso da extrema direita, o pânico moral diante de temas como “ideologia de gênero”, “sexualização infantil”, “mudança de sexo”, “ameaça à

família”, entre outros, foi importante elemento aglutinador de um eleitorado conservador, em geral adepto à moral familista cristã e a uma concepção única de família (heterossexual, fundada em laços biológicos) (Lobo; Cardoso, 2022). Repetiu-se a estratégia recorrente da direita de incitar “pânicos sexuais” para fazer prevalecerem seus interesses econômicos e sociais (Rubin, 2011), provocando pavor diante da possibilidade de ruírem as bases da “família tradicional”. Entrementes, a mobilização política e o discurso público de organizações, coletivos e ativistas LGBT que se opunham à eleição de Bolsonaro evocavam o medo da violência, da legitimação da discriminação, da perseguição política e do retrocesso nas políticas públicas e nos direitos conquistados. Desse modo, o medo era uma emoção que mobilizava ambos os lados, fazendo-se presente em diversos posicionamentos de eleitores na decisão de voto.

Nesse contexto, diversas famílias com membros assumidamente LGBT viveram perturbações e estremecimentos nas relações, desorganizando arranjos de convivência sustentados a partir de silêncios, concessões e limites implícitos à visibilidade da orientação sexual ou identidade de gênero do parente não-heterossexual. Relações que já eram conturbadas ou que se sustentavam nos limites tênues da tolerância foram remexidas por interações envolvendo discussões e conflitos abertos em função das pautas defendidas pelos candidatos. A declaração de voto em Bolsonaro significava, para muitos, um gesto que representava a recusa em aceitar a orientação sexual ou identidade de gênero do parente LGBT, ou, ainda, a expressão de uma falta de solidariedade diante das temidas consequências que um governo de extrema direita poderia trazer à vida de homossexuais, travestis e transexuais. De modo inverso, o voto em Haddad ou em políticos considerados progressistas no campo dos direitos LGBT era recebido como uma importante demonstração de respeito e “aceitação”, adensando afetos e o senso de pertencimento e lealdade familiar.

Laços familiares de valor social e afetivo importante, como o vínculo filial, tornaram a adesão a determinadas candidaturas e as manifestações públicas de voto em um ou outro candidato um gesto não só político, mas também íntimo e pessoal de importante significado na costura de relações entre familiares e parentes. Desse modo, os dados etnográficos explicitam a atualidade da compreensão feminista de que “o pessoal é político” ao demonstrar como a vida íntima é sempre, necessariamente, uma vida política, indissociável do domínio público, mostrando como o tecer das relações de intimidade no domínio doméstico, pessoal e familiar repercute também nas escolhas eleitorais que influenciam os rumos da nação.

## REFERÊNCIAS

1. ABU-LUGHOD, Lila; LUTZ, Catherine. Introduction: emotion, discourse and the politics of everyday life. *In*: LUTZ, Catherine; Abu-Lughod, Lila. (org.). **Language and the Politics of Emotion**. New York: Cambridge University Press, 1990.
2. AGUIÃO, Silvia. **Fazer-se no “Estado”: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo**. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/934653>. Acesso em: 03 dez. 2024.
3. BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, e185306, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/Kttd5GkPYPjH69DZxw6VcL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 dez. 2024.
4. BECKER, Howard. **Outsiders: estudos da sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
5. BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: Sexualidade e gênero na experiência transexual**. Natal: EDUFRN, 2014.
6. BORTOLINI, Alexandre; VIANNA, Cláudia Pereira. Política de educação em gênero e diversidade sexual: Histórico e presente da experiência brasileira. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. esp. 3, p. 2215–2234, 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/16691>. Acesso em: 03 dez. 2024.
7. BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 5, p. 193-216, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/3JY6Zsr9yVZGz8BYr5TfCRG/>. Acesso em: 03 dez. 2024.
8. BURKE, Peter. A esperança tem história? **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 207-218, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/SCJNStgyxZkvbC5xfChgXhp/>. Acesso em: 03 dez. 2024.
9. CARRARA, Sérgio. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 323-345, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/6D5zmtb3VK98rjtWTQhq8Gg/>. Acesso em: 03 dez. 2024.
10. CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. São Paulo: nVersos, 2016.
11. CORRÊA, Sonia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 53, e185301, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/>

- vwdzHh6pHS6ZBVskqfLrqrq#. Acesso em: 03 dez. 2024.
12. COSTA NOVO, Arthur Leonardo. **Famílias em transição: uma etnografia sobre relacionalidade, gênero e identidade nas vidas trans**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/47036>. Acesso em: 03 dez. 2024.
  13. CRAPANZANO, Vincent. Reflections on Hope as a Category of Social and Psychological Analysis. **Cultural Anthropology**, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 3-32, 2003.
  14. DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
  15. FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
  16. FERNANDES, Felipe Bruno Martins. **A Agenda anti-homofobia na educação brasileira (2003-2010)**. 2011. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/95612>. Acesso em: 21 out. 2024.
  17. G1. Protestos contra Bolsonaro ocorrem em 26 estados e DF; atos a favor, em 16. **G1**, Rio de Janeiro, 29 set. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/09/29/manifestantes-fazem-atos-a-tarde-contras-e-favor-de-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 20 nov. 2020.
  18. GALVÃO, Jane; BASTOS, Francisco Inácio Pinkusfeld Monteiro; NUNN, Amy Stewart. The Brazilian Response to AIDS from the 1980s to 2010: Civil Society Mobilization and AIDS Policy. **Global Health Governance**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 1-21, 2012. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/6379>. Acesso em: 03 dez. 2024.
  19. GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 2017.
  20. GOFFMAN, Erving. **Ritual de interação: ensaio sobre o comportamento face a face**. Petrópolis: Vozes, 2011.
  21. HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir. O Voto como Adesão. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, p. 35-58, 2006.
  22. HILL-COLLINS, Patricia; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.
  23. LOBO, Andrea; CARDOSO, Maria Eduarda. “Em nome da família brasileira”: sobre políticas de governo, (re)produção de elites e disputas narrativas. **Antropolítica, Revista Contemporânea de Antropologia**, Niterói, n. 53, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/50111>. Acesso em: 03 dez. 2024.
  24. LUTZ, Catherine. **Unnatural Emotions: Everyday sentiments on a micronesian atoll**

- and their challenge to western theory. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.
25. LUTZ, Catherine; WHITE, Geoffrey. The Anthropology of Emotions. **Annual Review of Anthropology**, [s. l.], v. 15, p. 405-436, 1986.
  26. MENEZES, Rachel Aisengart. A medicalização da esperança: reflexões em torno da vida, saúde/doença e morte. **Amazônica**, Belém, v. 5, n. 2, p. 478-498, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/1503>. Acesso em: 03 dez. 2024.
  27. MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25163>. Acesso em: 03 dez. 2024.
  28. MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 53, e185302, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/7Yd3hfBsD9rH3NW3YqPpzd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 dez. 2024.
  29. NATIVIDADE, Marcelo. Para além das oposições: o jogo da política nas eleições de 2010 e as percepções da diversidade sexual. In: NATIVIDADE, Marcelo. **Margens da política**: Estado, direitos sexuais e religiões. Rio de Janeiro: Garamond, 2016. p. 77-104.
  30. OLIVEIRA, Leandro de. A “vergonha” como uma “ofensa”: homossexualidade feminina, família e micropolíticas da emoção. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 25, n. 54, p. 141-171, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/FJ9DqKDWH3BHx5kJ3yWVztf/#>. Acesso em: 03 dez. 2024.
  31. OLIVEIRA, Leandro de. **Os sentidos da aceitação: família e orientação sexual no Brasil contemporâneo**. 2013. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/72/teses/822401.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2024.
  32. PASSOS, Úrsula; FIORATTI, Gustavo. Entre LGBTs, Haddad lidera com 57% e Bolsonaro tem 29%. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 26 out. 2018. Eleições 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/entre-lgbts-haddad-lidera-com-57-e-bolsonaro-tem-29.shtml>. Acesso em: 21 nov. 2021.
  33. REZENDE, Claudia Barcellos; COELHO, Maria Claudia Pereira. **Antropologia das emoções**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
  34. ROSALDO, Michelle Zimbalist. Woman, Culture, and Society: A Theoretical Overview. In: ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHERE, Louise (ed.). **Woman, Culture and Society**. Stanford: Stanford University Press, 1974. p. 17-42.
  35. RUBIN, Gayle. Thinking Sex: notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality. In: RUBIN, Gayle. **Deviations**: a Gayle Rubin Reader. Durham: Duke University Press,

2011. p. 137-181.

36. SCHNEIDER, David. **Parentesco Americano**: uma exposição cultural. Petrópolis: Vozes, 2016.
37. SILVEIRA NETO, Raul da Mota; AZZONI, Carlos Roberto. Os Programas sociais e a recente queda da desigualdade regional de renda no Brasil. *In*: CAMPELLO, Tereza C.; NERI, Marcelo Côrtes (org.). **Programa Bolsa Família**: uma década de inclusão e cidadania. Brasília, DF: IPEA, 2013. p. 217-232.
38. TRINDADE, José Ronaldo. A invenção do ativismo LGBT no Brasil: intercâmbios e ressignificações. *In*: GREEN, James *et al.* (org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 228-236.
39. VELHO, Gilberto. Unidade e fragmentação em sociedades complexas. *In*: VELHO, Gilberto. **Um antropólogo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p. 110-124.

*Arthur Leonardo Costa Novo*

Doutor em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4952-4000>. E-mail: arthurleocn@gmail.com